

DO RACISMO À INCLUSÃO: O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO

Henrique Eduardo de Oliveira¹

Henrikeedu@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão acerca do tratamento da questão afro-brasileira na escola, mediante a análise de algumas situações que envolve a abordagem dessa temática. Os aspectos observados nesta pesquisa vinculam-se a história de exclusão dos negros, a luta por espaços igualitários, culminando com a criação da lei 10.639/ 2003. A pesquisa apresenta cunho bibliográfico. Dentro dessa perspectiva, apresentamos uma discussão centrada no papel da escola como espaço para superação do preconceito direcionado aos afro-brasileiros. Além disso, apontamos algumas perspectivas acerca do tratamento da temática afro-brasileira na escola, embasada por teóricos dedicados aos estudos nessa área.

Palavras-chaves: Educação; Inclusão; Cultura; Racismo.

Abstract: This work aims to propose a reflection about the treatment of the Afro-Brazilian question in the school, through the analysis of some situations that involves the approach of this theme. The aspects observed in this research are related to the history of exclusion of blacks, the struggle for egalitarian spaces, culminating with the creation of law 10.639 / 2003. The research presents a bibliographic character. Within this perspective, we present a discussion centered on the role of the school as a space to overcome the prejudice directed towards Afro-Brazilians. In addition, we point out some perspectives on the treatment of Afro-Brazilian themes in school, based on theoretical studies dedicated to this area.

Keywords: Education; Inclusion; Culture; Racism.

Introdução

Por muito tempo, brasileiros das mais diversas camadas sociais difundiram com orgulho a ideia de que o Brasil seria uma nação, cujos cidadãos toleravam as diferenças, logo pregava-se a idealização de uma democracia acessível a todos e, a partir dessa

¹ Mestre em letras pelo programa de mestrado profissional em letras – PROFLETRAS, da Universidade Federal do Rio grande do Norte - UFRN. Pesquisa: *O texto literário como subsídio para a abordagem da temática afro-brasileira na sala de aula: uma proposta de intervenção no 9º ano do ensino fundamental.*

tese, não haveriam depreciações advindas da cor ou crenças religiosas. Essa máxima difundida país a fora por décadas pode ser facilmente refutada diante de um quadro social que exclui e inferioriza os afro-brasileiros. De acordo com Santos (2016, p.15) “Havia, sim, preconceito e discriminação no Brasil: o fato de serem peculiares, decorrentes da nossa história incomum, não os descaracteriza como tais”.

Essa contradição expõe a dificuldade existente na sociedade brasileira para tratar da situação do negro e o quão delicada ela pode ser. Essa perspectiva - de um país tolerante e que não aceitaria o racismo - erroneamente difundida e que destinava a discussão sobre o atos de preconceito e injúria racial praticados contra os negros como uma pauta desnecessária e vinculada apenas ao grupos politizados dos guetos urbanos, apesar das tentativas, nunca se sustentou, pois um grande número de evidências expunham o contrário.

Desse modo, o racismo no Brasil revela-se bastante presente nos mais diversos contextos sociais, na escola não é diferente. As tensões sempre foram observadas e estiverem enraizadas na própria composição do sistema, e na forma desigual de tratamento entre os indivíduos tanto de forma explícita quanto velada. Por isso, para uma abordagem coerente da problemática, precisamos primeiro encarar que a questão racial em nosso país é um assunto incômodo. Há linha tênue que separa o racismo velado da discriminação explícita e uma acentuada negação desses atos.

Nossa afirmação encontra respaldo em Santos (2016, p. 11), quando declara que “[...] precisamos entender que nós, brasileiros, não gostamos de tocar nessa questão, pois defende-se que o Brasil é uma *democracia racial* ²”.

A existência do movimento negro no país, desde a década de 1920, denota justamente o oposto, ou melhor, expõe a real situação da população negra que constantemente luta para equiparar-se em todas as esferas sociais aos demais grupos que compõe a diversidade étnico-cultural brasileira (SANTOS, 2016).

Essa situação não se resume à questão da cor da pele, ela perpassa as diferenças biológicas, e estaria relacionada à formação da identidade que inclui, não só a questão

² Termo utilizado por diversos autores que tratam da questão racial no Brasil, entre eles: Santos, 2003; Santos, 2016; Oliveira, 2001 ao se referirem aos níveis de inclusão e aceitação racial.

do negro e suas tradições culturais originárias do continente africano, mas também as suas contribuições para formação da sociedade brasileira.

Segundo Munanga (2003), a discussão sobre a história do negro no país, especialmente na escola, carece de um olhar para os momentos da história nacional que estão intimamente ligados à formação, à resistência, e a busca por uma narrativa da história que privilegie a representação desse segmento da população. Como aponta Duarte (2012, p.28), “Em casos assim recrudescer a necessidade do direito à narração de que fala Bhabha, ecoando mais profunda e visceralmente em sociedades alicerçadas em culturas orais, como as africanas[...]”.

Essa discussão remonta um período da história, ainda no Séc. XV, quando a África passou a ser alvo dos exploradores europeus que, juntamente com a exploração comercial da África, a colonização do próprio continente africano e latino americano, relegaram a população africana a condição de seres inferiores perante o europeu. A partir dessa dinâmica nas relações imposta pelo colonizador, os africanos passaram a posição de dominados, dando início ao tráfico negreiro que destinou a milhares de africanos a condição escravos.

Oliveira (2001) afirma que essa necessidade de inferiorização dos negros fez com que surgisse no Brasil um movimento, que vários estudiosos do assunto identificaram como *branqueamento social*. Esse movimento dominou o país durante muito tempo, atribuindo um caráter estereotipado e de menosprezo aos afro-brasileiros. A autora ainda explica que; “A política do branqueamento teve como objetivo propagar que não existiam diferenças raciais no país e que todos viviam de forma harmoniosa sem conflitos (mito da democracia racial)”. Já Silva (2005, p. 23) esclarece que:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

Munanga (2003), corroborando com o ponto de vista defendido por Oliveira (2001) e Silva (2005), esclarece que essa necessidade de um grupo social inferiorizar o outro não é atual, na verdade, acompanha a humanidade, por isso, ao longo da história, diversas culturas e povos se fiaram nos conceitos de que os indivíduos seriam divididos

conforme uma essência, e essa essência os separariam entre bons e ruins. O autor busca explicar a tendência dos europeus e, posteriormente, dos brancos brasileiros de excluírem os negros dos ciclos e espaços mais importantes da sociedade. Por essa razão, durante muito tempo, as características físicas dos negros, os traços biológicos que carregam foram - e continuam sendo em outra proporção - atribuídos a seres “primitivos e monstruosos” (RODRIGUES, 2012, p. 61).

A partir dessa perspectiva, associava-se a imagem do negro, do homem africano, aos aspectos negativos da personalidade humana e, muitas vezes, essa associação advinha da proposição que continha um acentuado caráter religioso. Logo, faz sentido a percepção equivocada e que, talvez, seja a principal responsável pelo permanente estado de “demonização” das práticas culturais, especialmente a prática religiosa dos africanos (RODRIGUES, 2012).

A autora ainda revela que algumas teorias científicas, tais quais: “positivismo, iluminismo, darwinismo e o evolucionismo” foram responsáveis por relacionar as características físicas e biológicas como determinantes para a formação da personalidade dos indivíduos. Rodrigues (2012) destaca também que foram as contribuições de Gobineau e Lombroso³, que defenderam as hipóteses de que as raças determinariam as posições na escala evolutiva. As considerações desses teóricos foram preponderantes para a difusão do conceito de superioridade racial. Desse modo,

A partir dessas teorias, aos brancos caberia o papel de superioridade, o topo do desenvolvimento humano. Os seus traços caucasoides, como a alvura da pele, os cabelos loiros e olhos azuis se tornam o referencial de beleza ocidental. Para além de mercadoria, a teoria racista assimila ao corpo do negro a ideia de “feiura e sujeira” (RODRIGUES, 2012,P.62).

Compreende-se o rebaixamento dos traços físicos e biológicos dos afro-brasileiros na atualidade, visto que haviam conceitos difundidos cientificamente, pregando a ideia de superioridade racial, motivo esse constante de discriminação e consequente exclusão dos não favorecidos por essas hipóteses. Um dos aspectos que evidencia com maior clareza essa concepção exclusivista é a máxima que atribui ao

³ Filósofo Francês autor da obra *Essai sur l'inegalité des races humaines* (1853) / Médico e cientista italiano (1835-1909), respectivamente.

cabelo negro ou as feições dos indivíduos negros como atributo ruim, funcionando como justificativa para a manifestação do racismo.

Diante desse contexto, o Brasil, desde sua colonização no séc. XVI, foi espaço de intenso conflito, e a discriminação racial sempre se fez presente, ainda que velada. Entretanto, os africanos, após o período colonial e a chegada tardia da independência em muitos países, especialmente os países de colonização portuguesa, apesar de terem sofrido com a transculturação típica dessas relações, criaram mecanismos que fortaleceram sua cultura, seus costumes, sua identidade.

Contudo, no Brasil, a colonização que prevaleceu deu início a uma forte miscigenação que perpetuou com o fim da estrutura escravagista, logo a identidade dos negros se dissolveu e absorveu costumes e tradições dos brancos, isso ocasionou uma dificuldade ainda maior para população oriunda da África (Munanga, 2003).

A dificuldade definida pelo autor relaciona-se ao conceito descrito por Oliveira (2001) como a ideologia de *embraquecimento*, que tinha como finalidade a “supressão” da raça negra, sob a crença de que a sujeição do negro terminaria. Essa perspectiva foi aceita por muito tempo, inclusive por muitos negros que acolheram a ideia sob a expectativa de equiparação aos demais grupos que compunham a população. Para Duarte (2012, p. 28), essa tendência seria compreendida diante da

A atitude de menosprezo ou esquecimento revelada ou adivinhada no suposto tratamento igualitário de sujeitos que se encontram no limiar de sua capacidade de silenciamento e aceitação agudiza o histórico ressentimento alimentado em séculos de escravidão e apagamento de individualidades, situações em que fronteiras entre o civilizado e a barbárie, de tão lábeis, às vezes se confundem.

Apoiado no mesmo ponto de vista, Rodrigues (2012, p. 62) declara que a depreciação dos negros e a busca por caminhos que levassem a valorização social levaram-lhes a aceitar essas ideologias passivamente durante um certo tempo e “construir um olhar distorcido em relação a si próprio e ao seu grupo étnico-racial e possibilitando a introjeção do racismo”.

Daí a famigerada crença da *democracia racial* que, na verdade, nunca se concretizou no Brasil. O motivo pelo qual essa tese nunca se sustentou, foram as fortes evidências das tensões raciais percebidas nas “práticas discriminatórias, na dificuldade

de mobilidade social da população negra, que ocupou e ocupa até hoje os piores lugares na estrutura social [...]” (OLIVEIRA, 2001).

O mito da *democracia racial* não favoreceu aos grupos estigmatizados, pois visava privilegiar a estrutura dominante, ou seja, aos brancos, posto que, sob esse prisma, não precisariam conviver com os aspectos referentes à cultura africana, que seria dissolvida às práticas dos brancos e relegada ao abandono e esquecimento.

Um outro aspecto que revela a condição de desvalorização do negro são os “diversos estudos e mensurações atuais revelando que a discriminação dos não brancos no mercado de trabalho persiste e que a cor escura da pele continua sendo um fator que empurra os salários para baixo” (SANTOS, 2016, p. 12).

O Caráter Político da escola e a pluralidade étnico-cultural

Nesse contexto, a escola é o espaço (ou deveria ser) em que são debatidas as questões relevantes à sociedade, por isso é preciso enxergar a escola, a sala de aula, como um ambiente político e reflexivo. Os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem precisam estar cientes do seu papel, não apenas como transmissores de conhecimentos necessários à realização dos exames escolares, mas para preparação do indivíduo ao convívio social e isso implica a aceitação e respeito à diversidade existente na sociedade.

Para isso, o professor deve apresentar aos alunos as personalidades que representam a cultura e a história do negro no país e no mundo, a fim de desmitificar velhos paradigmas e preconceitos quanto a história da população negra, além de proporcionar o contato do aluno com as personagens que remontem a identidade negra em diversas esferas sociais e artísticas.

Por este motivo, Silva (2005, p. 25) afirma:

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto-rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial.

É preciso destacar que o contato do aluno com as representações sociais afro-brasileiras precisa valorizar o negro e sua importância para a formação da identidade

nacional sem reforçar os estereótipos negativos, visto que “os estereótipos geram os preconceitos, que se constituem em um juízo prévio a uma ausência de real conhecimento do outro” (SILVA, 2005, p.24).

Os referenciais afro-brasileiros necessitam de uma adequação a fim de possibilitar um outro olhar para a cultura negra e africana. Esse novo olhar para os personagens negros da história tende a suprir a ausência de representações sociais que valorizem os africanos e seus descendentes quanto a sua contribuição social, bem como a dissolução do quadro de desvalorização que permeia a história negra no país.

Por esse motivo, torna-se imperativo “a correção dessa representação nos textos e ilustrações pode constituir-se em uma atividade escolar gratificante e criativa, a partir da sua identificação e desconstrução pelo aluno, orientado pelo professor”. Caso contrário, conforme Andrade (2005, p. 120), “a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana”.

Diante do quadro exposto, percebe-se a importância da aproximação da cultura afro-brasileira do contexto escolar, visto que permite o contato dos alunos com a riqueza peculiar aos aspectos pertinentes da cultura africana, como também proporciona a incorporação da história das personalidades africanas e afro-brasileiras na sala de aula, tendo em vista o contexto social excludente e racista, como relatado em tópicos anteriores.

A perspectiva apresentada aqui encontra respaldo na lei 10.639/2003, incluída no texto da lei de diretrizes e bases da educação nacional- LDB, que instituiu a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as instituições e níveis de ensino do país. A proposta do Ministério da Educação (MEC) visa proporcionar, em sala de aula, o debate sobre as questões relacionadas à pluralidade étnica que compõe a população brasileira, assim como a eliminação do racismo que ainda se evidencia no país.

As atuais diretrizes educacionais propõem estratégias que proporcionem uma outra visão da África, valorizando sua história, seus costumes seu povo e,

evidentemente, todas as suas contribuições para a formação do povo brasileiro (ROLON, 2011).

A necessidade de se propor um outro enfoque da cultura africana surge da recorrente desvalorização do conjunto de elementos que compõe as tradições africanas. Essa desvalorização se manifesta de forma contundente e acarreta inúmeras manifestações de intolerância canalizadas aos afro-brasileiros.

Desse modo, a tão almejada valorização da cultura africana só será possível através de ações que ponham em destaque a África nas mais diferentes esferas para que, desse modo, possamos desmistificar ideias e conceitos negativos relacionados aos afro-brasileiros e suas tradições.

Nesse sentido, defende-se a inclusão dos aspectos relevantes da cultura e da história da África, assim como da cultura afro-brasileira. Seja através da dança, da literatura, da religiosidade, ou até mesmo dos aspectos relacionados à linguagem, os fios que conduzem a uma efetiva abordagem dessa temática são amplos e enriquecedores, porém uma abordagem pedagógica com tal viés encontra inúmeras dificuldades, um outro problema chama atenção; a incipiente bibliografia especializada na área.

Vale lembrar que esses fatores dificultam, mas não inviabilizam a inserção de uma proposta de ensino com esse viés, visto que, diante dessa dificuldade, o Ministério da Educação-MEC disponibiliza vários textos e materiais de apoio para o profissional interessado em explorar essa vertente tão rechaçada da nossa cultura.

Ademais, um outro problema precisa ser superado; o distanciamento dos próprios profissionais que estão em sala de aula, pois, infelizmente, costumam cair nas máximas e reproduzir os preconceitos quanto às tradições africanas. Esse problema, talvez, tenha um peso muito maior, tendo em vista que a escola configura-se, teoricamente, em um espaço de convivência com o diferente e a exploração do conhecimento seja ele qual for, mas a própria formação do professor que, muitas vezes, permite a combinação das informações de cunho científico-acadêmico com os aspectos referentes à sua própria formação pessoal/moral, que comumente costuma representar uma barreira difícil de ser contornada.

Muitos são os desafios para o efetivo tratamento dessa temática na escola, contudo essa aproximação já teve início e cabe agora despertar nos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem a percepção de que, além das questões artísticas / culturais, o tratamento do tema advém da necessidade também de reconhecer o valor das tradições afro-brasileiras sem os estigmas ou preconceitos que frequentemente carregam, visando assim a diminuição do racismo.

Portanto, entre as inúmeras abordagens, os recursos que remetem às tradições africanas e a forma como são difundidas, especialmente o caráter místico / religioso, através da narrativas orais, que carregam uma vertente, talvez a mais acentuada, das tradições culturais africanas sejam um caminho apropriado para essa abordagem.

As narrativas africanas de língua portuguesa são fortemente marcadas pela linguagem, expressa através dos traços que ilustram as tradições orais e demarcações de ordem territorial que remontam passagens da história dos países africanos, tais quais; Angola, Cabo-verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné equatorial, São Tomé e Príncipe, por isso “[...] evidenciam-se os encontros e as diferenças que marcam a identidade dos povos africanos” (ROLON, 2011, p. 133).

A tradição oral, para as culturas africanas, serve como meio de preservação da memória coletiva e, devido ao caráter vivo da língua, serve também como fator de renovação constante dessas memórias com alto valor simbólico. O simbolismo se evidencia com maior clareza no texto oral, respaldando e fortalecendo o vínculo do povo com suas tradições, sua identidade, “permitindo-lhe uma visão de si mesmo e do outro com um mínimo de conflitos” (DUARTE, 2012, p. 25).

Sobre esse aspecto, Carvalho (2012) propõe que as memórias, na tradição oral, funcionem como um “projeto de narrativa” para uma parcela marginalizada da população, além de se configurar como um instrumento de valorização da perspectiva dos mais velhos, ressaltando a sabedoria ancestral. A ancestralidade, segundo a autora, por si só já configura-se como uma atividade pedagógica, sendo assim reforça a importância dos povos afrodescendentes em conhecer sua história e suas tradições.

Duarte (2012) revela a presença marcante dos textos orais nas culturas africanas, sugerindo que essa tradição funcione como um mecanismo para resguardar a cultura tão esfacelada pela imposição do colonizador europeu, que deixou tão tardiamente seu

domínio sobre as terras africanas - a autora refere-se especialmente aos países de colonização portuguesa - é preciso enfatizar que, mesmo depois da partida, os antes colonizadores deixaram fortes influências que perduraram mesmo depois da independência desses países.

Por isso, segundo Carvalho (2012, p. 12),

A chegada dos colonizadores implicou na imposição da linguística aos nativos e aos integrantes da nau comandada pelo D. Gonçalo Silveira. A perda da língua dos nativos aos poucos começa a se processar, sendo considerada pelos colonizadores como língua menor, menos prestigiada.

O rebaixamento dos elementos constituintes da cultura do povo africano, evidenciada aqui na linguagem, gera uma espécie de supressão da identidade dos sujeitos, assim como de outros aspectos da cultura, acarretando em uma necessidade de um olhar próprio, de uma narrativa que possa privilegiar, preservar e disseminar a ótica desses povos silenciados por um longo período.

Nesse sentido, as narrativas orais também proporcionam uma força antagônica frente ao avanço do multiculturalismo feroz imposto a partir da ascensão da globalização que, além dos aspectos econômicos, propõe uma ruptura com o nacionalismo para uma abertura às práticas culturais mercantilistas globais, criando um conceito de difusão cultural favorável aos países dominantes desse processo, ocasionando uma espécie de “nova colonização”.

Ao propor o contato com autores africanos em sala de aula, o professor proporcionará o encontro do aluno com as tradições que contribuíram para a base da cultura negra no país e, desta forma, possibilitará um ambiente educacional rico e plural, quebrando barreiras impostas pelos preconceitos e instituindo uma reflexão sobre as outras culturas e a contribuição destas para a pluralidade que representa a população brasileira. “Nessa perspectiva, percebe-se os entrelaçamentos entre Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e outros países que sofreram semelhante processo de construção” (ROLON, 2011, p. 133).

As narrativas africanas mostram-se como eficazes recursos para exploração da linguagem em comum, especialmente entre os países de colonização portuguesa, além de proporcionarem uma peculiar junção entre as narrativas ficcionais, recheadas de

fantasias míticas, que permeiam as crenças de diversos povos africanos; enriquecendo o contato do aluno com as tradições simbólicas da cultura africana, bem como os retratos da história que expõem momentos anteriores e posteriores à colonização europeia e seus resquícios.

Considerações finais

Tendo em vista a discussão apresentada, diante de um quadro historicamente desafiador, algumas constatações puderam ser apontadas. A primeira delas diz respeito a expressiva dificuldade em abordar a questão do negro no país. Essa questão é delicada, pois propõe questionar a crença da aceitação mútua entre os diferentes segmentos que compõe a nossa população que, para muitos, é uma máxima da sociedade brasileira. Essa tese é refutada por vários estudiosos sobre tema, cujos trabalhos concorrem, apontando inúmeros argumentos que indicam um tratamento diferenciado ao negros e sua tradições.

Uma outra particularidade observada é o papel da escola, visto que foi e continua sendo um espaço singular para propor o debate sobre assuntos pertinentes à sociedade. Na escola, além da abordagem do conhecimento científico, a pluralidade ético-cultural é evidenciada com mais clareza, especialmente nas comunidades periféricas. Diante desse quadro, debater sobre a situação do negro é de extrema importância, pois além de contribuir para diminuição do preconceito, acrescenta um tom de representatividade para boa parte da população.

Ademais, a apresentação das personagens negras e sua contribuição, oferecidas através de uma narrativa que privilegie a ótica dos excluídos, constitui uma importante metodologia a ser aplicada por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Referências:

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 18 de jun. de 2016.

CARVALHO, Sylvania Cápua. **A ancestralidade moçambicana: o papel da memória narrativa de Mia Couto**. Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura

São Cristóvão/SE: GELIC/UFS, V. 4, 3 e 4 de maio de 2012. ISSN: 2175-4128. Disponível em: <https://www.academia.edu/14595155/A_ANCESTRALIDADE_MOÇAMBICANA_O_PAPEL_DA_MEMÓRIA_NA_NARRATIVA_DE_MIA_COUTO> Acessado em: 21 de Maio de 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. **Made in África:** (pesquisas e notas) 4ª ed.- São Paulo: Global, 2002.

DUARTE, Zuleide. **Outras Áfricas: elementos para uma literatura da África.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico-cultural. In: BRASIL. **Diversidade na Educação: reflexões e experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 69-76.

MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no brasil** in: Diversidade na educação: reflexões e experiências / coordenação: Marise Nogueira, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros – Brasília: Secretaria de Educação Média e tecnológica, 2003.

OLIVEIRA, Eliana. **Identidade, intolerância e as diferenças no espaço escolar: questões para debate** in: Revista espaço acadêmico. Ano I- Nº 07 2001. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/007/07oliveira.htm>> acessado em: 20 de Jun. De 2016.

RODRIGUES, Joyce Maria. A relação do corpo para construção da identidade negra. IN: FELINTO, Renata (org.) **Culturas africanas em sala de aula: Saberes para os professores, fazeres para os alunos:** religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais, 2012. Belo Horizonte, MG: Fino Trato Editora Ltda.

ROLON, Renata Beatriz Brandespin. **O ensino de literaturas africanas de Língua Portuguesa no Curriculum escolar brasileiro: algumas considerações.** 2011 ed. Nº 011. Disponível em: <http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v_11/131_Pag_Revista_Ecos_V-11_N-02_A-2011.pdf> acessado em: 02 de Agosto de 2016.

SANTOS, Joel Rufino dos, 1941-2015. **A questão do negro na sala de aula.** 2ª ed. São Paulo: Global, 2016.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A lei No 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro** in: Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/sales-lei-10.639-como-fruto-da-luta-antirracista.pdf>. Acessado em: 12 de julho de 2016.